



# Orçamento de 2020 é o mais transparente da era Mário Centeno

Área: 1120cm² / 39%

Tiragem: 16 981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6731056



# Orçamento de 2020 é o mais transparente da era Centeno

O primeiro orçamento da legislatura tem a melhor nota em termos de transparência desde 2010, ano em que foi criado o índice do IPP/ISEG. Ainda assim, é negativa.

Área: 1120cm² / 39%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6731056



No primeiro ano da segunda legislatura, Mário Centeno desenhou o seu orçamento mais rigoroso e transparente, segundo um painel de especialistas.

## TIAGO VARZIM

tiagovarzim@negocios.pt

O relatório do Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020) continua a ter negativa, mas a nota não era tão alta desde a criação deste índice em 2010. Para o think tank do ISEG, Institute of Public Policy (IPP), esta é o orçamento mais rigoroso e transparente de Centeno.

“O Índice Orçamental IPP/ISEG classifica o relatório do Orçamento do Estado para 2020 como insuficiente quanto ao seu rigor e transparência orçamental”, lê-se no relatório a ser apresentado esta quarta-feira, 29 de janeiro, que, porém, destaca “positivamente” o facto de esta ser a melhor nota desde 2010, o primeiro ano de análise do projeto Budget Watch.

A pontuação é dada pelo Conselho Científico Consultivo, com base num inquérito preenchido por vários economistas – como João Ferreira do Amaral, Paulo Trigo Pereira, Manuela Arcanjo e Miguel Cadilhe –, que faz uma análise técnica a dez dimensões do OE 2020 à luz do rigor, da transparência e da responsabilidade orçamental.

Apesar da melhoria face a 2018 e de esta ser a melhor nota do atual ministro das Finanças, os sinais dados pelo Governo continuam a ser agrídoces. Para estes especialistas em finanças públicas, no relatório do OE 2020 “algumas melhorias na transparência e qualidade da prestação de informação são contrapostas por contínuas ausências ou remoções de informação”.

Face a 2019, a pontuação melhora em sete parâmetros e piora em três. A principal melhoria regista-se na informação dada sobre o investimento público e na análise de sensibilidade do cenário macroeconómico.

Já o destaque pela negativa vai para a retirada de informação sobre a posição da política orçamental (expansionista ou restritiva), a omissão do cálculo do impacto das medidas nos cidadãos e a falta de informação sobre os montantes destinados à descentralização de competências.

### Sete áreas insuficientes e três satisfatórias

Independentemente da comparação com o ano anterior, é possível identificar as sete áreas em que a pontuação continua a ser insuficiente e as três em que já é satisfatória na escala definida pelo think tank do ISEG.

A melhor nota de todas vai para o saldo orçamental, que é consistente com a sustentabilidade da dívida pública, num orçamento em que pela primeira vez se prevê um excedente orçamental. Segue-se um elogio ao controlo das despesas com a Segurança Social e à transparência, rigor e análise de sensibilidade do cenário macroeconómico.

Do lado oposto, a categoria da explicitação dos fluxos financeiros entre as administrações públicas e o setor público empresarial é a que deixa mais a desejar. Os especialistas em finanças públicas recomendam que o Governo reponha a secção dedicada a este setor, o quadro das indemnizações compensatórias e que use mais informação da UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitoriza-

ção do Setor Público Empresarial) no relatório do OE.

Para além dessas reposições, o projeto Budget Watch recomenda que o Ministério das Finanças identifique com mais detalhe os dividendos do setor empresarial do Estado (CGD, por exemplo), as transferências para estes setores com uma explicação das prioridades e ainda a quantificação dos aumentos de capital e dos encargos futuros.

A segunda pior nota vai para a consideração das contrapartidas entre objetivos de política. Os economistas consideram que é necessária mais informação para se conseguir identificar as prioridades setoriais do Governo, nomeadamente através do cálculo do impacto das medidas nos cidadãos e na desigualdade.

O IPP quer também mais detalhes sobre a implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), um novo paradigma para o processo orçamental que os especialistas dizem ser essencial. A implementação da LEO foi adiada para 2021, mas o think tank considera que “era esperado que neste exercício já se pudesse verificar uma grande melhoria a este nível”. A previsão do IPP é que esse calendário (2021) não seja cumprido. ■

# 48%

## ÍNDICE ORÇAMENTAL

A avaliação do OE 2020 quanto ao seu rigor e transparência é de 48% (de 0 a 100%). Esta é a melhor nota desde que o índice foi criado.

## OE 2020 CHUMBA MAS TEM MELHOR NOTA

Até 30 é não satisfatório; entre 30 e 50 é insuficiente; entre 50 e 80 é adequado; e entre 80 e 100 é muito bom.

O primeiro orçamento da legislatura é o melhor em termos de transparência desde 2010, mas ainda não saiu da classificação negativa.



Fonte: Institute of Public Policy (IPP)

## O que está mal e o que está bem no relatório do Orçamento do Estado

### O QUE ESTÁ MAL

- Não há informação sobre as indemnizações compensatórias no setor público empresarial nem sobre dividendos, aumentos de capital ou encargos futuros;
- A informação sobre fluxos financeiros entre o Estado e o setor empresarial público é escassa, face à sua relevância, e encontra-se dispersa;
- Não é identificada claramente a natureza da política orçamental adotada no orçamento (expansionista/restritiva);
- Faltam dados que permitam ter uma leitura imediata das prioridades setoriais do Governo;

- Omissão sobre o impacto das medidas de política orçamental na redução das desigualdades e no rendimento dos cidadãos;
- A informação sobre a despesa atual e futura em investimento público continua incipiente e praticamente inexistente;
- Não são explicadas as reduções de despesa nos consumos intermédios associados a “ganhos de eficiência”;
- Continua a não haver novidades no processo orçamental, incluindo o estado de situação da implementação da nova Lei de Enquadramento Orçamental;

### O QUE ESTÁ BEM

- O saldo orçamental – pela primeira vez prevê-se um excedente orçamental – é consistente com a sustentabilidade da dívida pública;
- Existe maior controlo da despesa na Segurança Social, sendo consistentes as previsões quanto a um equilíbrio no curto prazo;
- O cenário macroeconómico das projeções do OE aparenta ser prudente e em linha com as projeções internacionais;
- Há maior realismo na previsão das despesas com pessoal e consumo intermédio.